



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
GARANTIA FLUTUANTE E COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM
SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
DISTRIBUIÇÃO, DA NAMPONT HOLDINGS S.A.**

O presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante e com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Nampont Holdings S.A." ("Escritura de Emissão") é celebrado nesta data pelas seguintes partes ("Partes"):

I. Como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

NAMPONT HOLDINGS S.A., sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 2.466, Conjunto 213, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 21.804.983/0001-99, e na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE n.º 35300475305, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

II. Como agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

III. Como prestador de garantia fidejussória no âmbito da Emissão (conforme definido abaixo):

GOLF PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 807, conjunto 1908, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.029.632/0001-03, e na JUCESP sob o NIRE n.º 35218802047, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Fiadora").

E será regido pelas seguintes cláusulas, termos e condições:

1 DAS AUTORIZAÇÕES

1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 11 de setembro de 2015, na qual foram aprovadas, dentre outras matérias, (a) as condições da emissão objeto desta Escritura

de Emissão ("Emissão"), conforme o disposto no artigo 59, caput e parágrafo primeiro da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), inclusive no que diz respeito à constituição da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), da Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo), da Alienação Fiduciária de Cotas (conforme definido abaixo) e da Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme definido abaixo); (b) as condições da oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta Restrita"); e (c) a autorização aos diretores da Emissora para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta Restrita, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão ("AGE da Emissora").

1.2 A Fiança (conforme definido abaixo) é outorgada de acordo com a Reunião de Sócios da Fiadora, realizada em 11 de setembro de 2015 e devidamente arquivada na JUCESP, a qual aprovou, dentre outras matérias, (a) a outorga da Fiança; e (b) a autorização aos diretores da Fiadora para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à outorga da Fiança, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão ("Reunião de Sócios da Fiadora").

2 DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão e a Oferta Restrita serão realizadas em observância aos seguintes requisitos:

- (i) Dispensa de Registro na CVM. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e o artigo 19 da Lei de Valores Mobiliários;
- (ii) Registro na ANBIMA. A Oferta Restrita não será registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários atualmente em vigor, devido à não regulamentação de referido dispositivo pela ANBIMA, exceto se referida regulamentação vier a ser publicada e aplicável pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Oferta Restrita de que trata o artigo 8 da Instrução CVM 476 ("Comunicação de Encerramento"). Não obstante, a Oferta Restrita comporá a base de dados da ANBIMA para fins de ranking;
- (iii) Arquivamento e Publicação dos Atos Societários. (i) A ata da AGE da Emissora será devidamente arquivada na JUCESP e publicada (a) no "Diário Oficial do Estado de São

Paulo" e (b) e no jornal "Empresas e Negócios" ("Jornais de Publicação"); e (ii) a ata da Reunião de Sócios da Fiadora será registrada na JUCESP.

- (iv) Inscrição e Registro desta Escritura de Emissão. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão (i) arquivados na JUCESP, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, observado que 1 (uma) via original da presente Escritura de Emissão e/ou de seus eventuais aditamentos deverá ser enviada ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do arquivamento da Escritura de Emissão e eventuais aditamentos na JUCESP; e (ii) em razão da prestação da Fiança pela Fiadora, registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- (v) Constituição das Garantias. As Garantias (exceto pela Fiança constituída nesta Escritura de Emissão nos termos o item (iv) acima) serão formalizadas por meio dos Contratos de Garantia e serão constituídas, nos prazos estabelecidos nos respectivos instrumentos, mediante o registro: (i) do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo), Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas (conforme definido abaixo) e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), inclusive quaisquer aditivos subsequentes, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das circunscrições das sedes das partes de tais instrumentos, nos termos do artigo 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada ("Lei 6.015/73"); (ii) do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme definido abaixo), e quaisquer aditivos subsequentes, no competente Cartório de Registro de Imóveis da localidade do Imóvel (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 23 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei 9.514/97"). Adicionalmente, (i) a Alienação Fiduciária de Ações deverá ser averbada, conforme disposto no artigo 40, incisos I e II, da Lei das Sociedade por Ações, no "*Livro de Registro de Ações Nominativas*" da General Shopping (conforme abaixo definido) e/ou nos livros da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração da General Shopping, conforme aplicável; e (ii) caso a emissão das Notas Promissórias (conforme abaixo definido) não tenha sido concluída e os recursos da Emissão venham a ser utilizados nos termos da Cláusula 4.1 (iii) (b) abaixo, a Alienação Fiduciária de Cotas deverá ser averbada nos livros de escrituração da instituição financeira responsável pela escrituração do Fundo (conforme abaixo definido).
- (vi) Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica. As Debêntures serão depositadas para (a) distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP,

sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.1 Não obstante o disposto no item (vi) acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 5.8 abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 de referida instrução, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3 OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1 De acordo com o artigo 3º (terceiro) de seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

4 DESTINAÇÃO DE RECURSOS

4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados para, nesta ordem:

- (i) a subscrição e integralização, pela Fiadora, de ações da General Shopping Brasil S.A., sociedade por ações com registro de capital aberto na CVM, com sede nesta Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 2466, 22º andar, Conjunto 221, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.764.621/0001-53 ("General Shopping"), em quantidade suficiente para aquisição da totalidade das ações que forem alocadas à Fiadora no âmbito de aumento de capital da General Shopping a ser realizado por meio de oferta pública ("Aumento de Capital da General Shopping");
- (ii) o depósito do valor correspondente à R\$ R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Conta Reserva (conforme abaixo definido), a qual será cedida fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido);
- (iii) os recursos remanescentes não utilizados no Aumento de Capital da General Shopping e no depósito na Conta Reserva de que trata o item (ii) acima, serão utilizados da seguinte forma:
 - (a) caso a 1ª (primeira) emissão de notas comerciais da Levian Participações e Empreendimentos Ltda. ("Notas Promissórias") tenha sido concluída, os recursos, até o limite do valor das Notas Promissórias, serão integralmente depositados em conta vinculada de titularidade da Emissora, a qual será cedida fiduciariamente em favor dos titulares das Notas Promissórias durante todo o prazo de vigência das Notas Promissórias, e o valor excedente das Notas Promissórias poderá ser livremente utilizado pela Emissora; ou

- (b) caso a emissão das Notas Promissórias não tenha sido concluída, os recursos deverão ser integralmente utilizados para a aquisição de cotas do Fundo de Investimento Imobiliário General Shopping Ativo e Renda - FII ("Fundo") mantidas em carteira pelo Banco Santander (Brasil) S.A., pelo maior valor entre o de mercado no momento da compra e aquele pago em sua emissão, qual seja, R\$20.080.900,00 (vinte milhões oitenta mil e novecentos reais) ("Cotas"), sendo que caso a totalidade das Cotas do Fundo sejam adquiridas, o valor excedente poderá ser livremente utilizado pela Emissora.

5 DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA

5.1 Número da Emissão. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

5.2 Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo ("Valor Total da Emissão").

5.3 Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 110 (cento e dez) Debêntures.

5.4 Série. A Emissão será realizada em série única.

5.5 Banco Liquidante e Escriturador. O banco liquidante e instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, s/no, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante e Escriturador").

5.6 Imunidade de Debenturistas. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Liquidante e Escriturador, sob pena de ter descontado dos rendimentos das Debêntures os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.6.1 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 5.6 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou, ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesta Cláusula 5.6.1, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e Escriturador ou pela Emissora.

5.6.2 Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 5.6.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.

5.7 Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação de um coordenador líder ("Coordenador Líder"), com a participação de outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do "Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Flutuante e com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, da Nampont Holdings S.A.", celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

5.7.1 A Oferta Restrita será realizada em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e os Coordenadores, conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição ("Plano de Distribuição").

5.7.2 O Plano de Distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados ou Investidores Profissionais (conforme definidos na Cláusula 5.8 abaixo), conforme o caso, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados ou Investidores Profissionais, conforme o caso.

5.8 Público Alvo. A Oferta Restrita terá como público alvo, (i) caso a distribuição ocorra antes da entrada em vigor das alterações trazidas pela Instrução CVM de nº 554, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada ("Instrução CVM 554") com relação à Instrução CVM 476, exclusivamente investidores qualificados, conforme definição constante do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), ou (ii) caso a distribuição ocorra na data de, ou após a entrada em vigor das alterações trazidas pela Instrução CVM de nº 554 com relação Instrução CVM 476, exclusivamente investidores profissionais, conforme definição constante do artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539" e "Investidores Profissionais", respectivamente).

5.8.1 A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em nenhuma hipótese.

5.8.2 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos operacionais da CETIP e com o Plano de Distribuição descrito na Cláusula 5.7.1 acima e no Contrato de Distribuição.

5.8.3 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado ou Investidor Profissional, conforme o caso, assinará declaração atestando, dentre outras coisas, estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as

Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável.

5.8.4 Não será constituído fundo de amortização ou sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Da mesma forma, não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5.9 Forma e Prazo de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no comunicado a que se refere o artigo 7-A da Instrução CVM 476, durante o prazo de colocação das Debêntures.

5.9.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em uma única data, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Data de Integralização"), utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela CETIP.

5.10 Descontos. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados ou Investidores Profissionais, conforme o caso, interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

6 DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1 Forma. As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

6.2 Conversibilidade. As Debêntures serão simples e, portanto, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

6.3 Comprovação da Titularidade das Debêntures. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Liquidante e Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.4 Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, e com garantia adicional real e fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, observados, para fins desta Escritura de Emissão, os efeitos decorrentes do artigo 965 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e do artigo 83 da Lei nº 11.101 de 09 de fevereiro de 2005.

6.5 Data de Emissão das Debêntures. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 24 de setembro de 2015 ("Data de Emissão").

6.6 Prazo de Vigência e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vigência de 1.618 (mil seiscentos e dezoito) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de fevereiro de 2020 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado, ou ainda o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.7 Valor Nominal Unitário das Debêntures. O valor nominal unitário das Debêntures será, na Data de Emissão, de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

6.8 Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

6.9 Amortização do Principal. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas anuais e consecutivas, de acordo com a tabela abaixo, sendo a primeira parcela devida em 28 de fevereiro de 2016, e a última parcela correspondente ao saldo remanescente do Valor Nominal Unitário das Debêntures devida na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Amortização"), ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado ou, ainda, o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

Data de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário
28 de fevereiro de 2016	4,00%
28 de fevereiro de 2017	17,00%
28 de fevereiro de 2018	22,00%
28 de fevereiro de 2019	26,50%
28 de fevereiro de 2020	Saldo do Valor Nominal Unitário

6.10 Remuneração das Debêntures. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over* extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou da Data de

Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data de seu efetivo pagamento.

6.10.1 O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração devida, calculada com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo, conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI = Produtório das Taxas DI desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

n = Número total de Taxas DI consideradas desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

TDI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Handwritten signature and initials in blue ink.

Onde:

K = Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até "n"

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

Onde:

Spread = 2,5000;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

DP = Número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

Observações:

- O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

6.10.2 Indisponibilidade Temporária da Taxa DI. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da taxa DI_k que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa DI_k for superior ao prazo de 10 (dez)

dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.10.3 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.10.3 Indisponibilidade da Taxa DI. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DI_k por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos acima referido, ou da data de extinção da taxa DI_k ou de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época.

6.10.4 Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DI_k divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a taxa DI_k volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a taxa DI_k, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da taxa DI_k os termos aqui previstos, a última taxa DI_k divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

6.10.5 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última taxa DI_k disponível.

6.10.6 Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações, conforme previstas na Cláusula 6.9 acima.

6.10.7 Farão jus aos pagamentos relativos às Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada data de pagamento.

6.11 Pagamento da Remuneração das Debêntures. O pagamento efetivo da Remuneração será feito em parcelas anuais e consecutivas, sem carência, a partir da Data de Emissão, em cada Data de Amortização (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado, ou ainda o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.12 Resgate Antecipado Facultativo. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, e a qualquer tempo, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

6.12.1 A Emissora deverá comunicar ao Agente Fiduciário, mediante notificação devidamente assinada por seus representantes legais, e aos Debenturistas, sobre a realização do Resgate Antecipado Facultativo, com antecedência mínima de 7 (sete) Dias Úteis contados da data da efetiva realização do resgate, por meio de aviso publicado nos termos da Cláusula 6.12.2 abaixo ("Aviso de Resgate Antecipado").

6.12.2 O Aviso de Resgate Antecipado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, observada as condições previstas nesta Escritura de Emissão; e (ii) o prêmio a ser pago aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.12.3 abaixo.

6.12.3 O valor a ser pago pela Emissora a título de Resgate Antecipado Facultativo será correspondente ao (i) Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização (ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso) até a data do efetivo resgate antecipado, e demais encargos devidos e não pagos pela Emissora, (ii) acrescido de um prêmio *flat* sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido de Remuneração, conforme os valores indicados abaixo ("Valor de Resgate Antecipado"):

Períodos (considerando os dias inclusive)	Prêmio (<i>up front flat fee</i>)
Da Data de Emissão até 24 de outubro de 2015	0,90%
De 25 de outubro de 2015 até 24 de março de 2016	0,85%
De 25 de março de 2016 até 24 de setembro de 2016	0,80%
De 25 de setembro de 2016 até 24 de março de 2017	0,75%
De 25 de março de 2017 até 24 de	0,70%

setembro de 2017	
De 25 de setembro de 2017 até 24 de março de 2018	0,60%
De 25 de março de 2018 até 24 de setembro de 2018	0,50%
De 25 de setembro de 2018 até 24 de março de 2019	0,40%
De 25 de março de 2019 até 24 de setembro de 2019	0,30%
De 25 de setembro de 2019 até o dia anterior à Data de Vencimento.	0,25%

6.12.4 O pagamento do Valor de Resgate Antecipado será realizado (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou (ii) mediante procedimentos adotados pelo Banco Liquidante e Escriturador, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.12.5 A Emissora deverá comunicar a realização do Resgate Antecipado Facultativo à CETIP por meio de correspondência escrita com o de acordo do Agente Fiduciário com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para a realização do resgate antecipado das Debêntures.

6.12.6 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

6.12.7 Não haverá resgate antecipado obrigatório, parcial ou total, das Debêntures.

6.12.8 A Emissora também poderá realizar a amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). A Amortização Extraordinária estará limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e deverá ser precedida de notificação escrita aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 7 (sete) Dias Úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ("Aviso de Amortização Extraordinária").

6.12.9.1. O Aviso de Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a respectiva data da Amortização Extraordinária; (ii) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo, conforme o caso, objeto da Amortização Extraordinária; (iii) a menção de que o valor a ser pago a título de Amortização Extraordinária corresponderá ao Valor Unitário de

Resgate Antecipado, calculado nos termos e prazos das Cláusulas 6.12.5 acima, sobre o valor da Amortização Extraordinária; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

6.12.9.2. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização da Amortização Extraordinária com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.12.9.3. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com o disposto na Cláusula 6.20 abaixo, na data indicada no Aviso de Amortização Extraordinária, e deverá abranger de forma proporcional todas as Debêntures. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o evento seguirá os procedimentos operacionais previstos pela CETIP.

6.13 Repactuação Programada. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

6.14 Garantias. A fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora perante os Debenturistas, o que inclui, principalmente, mas não se limita, ao pagamento de todo e qualquer valor devido pela Emissora em razão das Debêntures, abrangendo a sua amortização, Remuneração, o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, aos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), multas, indenizações, penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas"), serão constituídas a Fiança (conforme definido na Cláusula 6.14.2 abaixo) e as demais garantias descritas na Cláusula 6.14.1 abaixo (em conjunto, "Garantias"), formalizadas, conforme o caso, (i) nesta Escritura de Emissão; (ii) no "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", celebrado entre a Fiadora, o Agente Fiduciário e a Emissora, a ser constituído em até 20 (vinte) dias da Data de Emissão ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); (iii) no "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Cotas e Outras Avenças", celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, a ser constituído em até 60 (sessenta) dias da Data de Emissão ("Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas"), observado que a Alienação Fiduciária de Cotas somente será constituída caso a emissão das Notas Promissórias não tenha sido concluída; (iv) no "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças" a ser celebrado nesta data entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o Sr. Alessandro Poli Veronezi ("Alessandro"), o Sr. Victor Poli Veronezi ("Victor"), a Sr. Ana Beatriz Poli Veronezi ("Ana Beatriz", que em conjunto com Alessandro e Victor, a "Família Veronezi") e o

Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Depositário" e "Contrato de Cessão Fiduciária", respectivamente); e (v) no "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças", celebrado entre a CRP – Companhia de Reflorestamento Piauí Ltda. ("CRP"), o Agente Fiduciário e a Emissora, a ser constituído em até 60 (sessenta) dias da Data de Emissão ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, o Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas e o Contrato de Cessão Fiduciária, "Contratos de Garantia").

6.14.1 Além da Fiança, as Garantias serão compostas por:

- (i) Alienação Fiduciária de Ações. Alienação fiduciária, constituída por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("Alienação Fiduciária de Ações"), das ações de emissão da General Shopping que vierem a ser adquiridas pela Fiadora no âmbito do Aumento de Capital da General Shopping ("Ações Alienadas Fiduciariamente"), incluindo todos os frutos, rendimentos, proventos e vantagens que forem atribuídos às Ações Alienadas Fiduciariamente, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela General Shopping com relação às Ações Alienadas Fiduciariamente, bem como o direito de subscrição de novas ações representativas do capital social da General Shopping, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação acionária decorrentes das Ações Alienadas Fiduciariamente, bem como direitos de preferência e opções de titularidade, na proporção das Ações Alienadas Fiduciariamente;
- (ii) Alienação Fiduciária de Cotas. Alienação fiduciária, constituída por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas ("Alienação Fiduciária de Cotas"), das Cotas que vierem a ser adquiridas pela Emissora ("Cotas Alienadas Fiduciariamente"), incluindo todos os frutos, rendimentos, proventos e vantagens que forem atribuídos às Cotas Alienadas Fiduciariamente, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das Cotas Alienadas Fiduciariamente, e as cotas derivadas das Cotas Alienadas Fiduciariamente de emissão do Fundo por meio de cisão, fusão ou incorporação do Fundo, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das Cotas Alienadas Fiduciariamente e quaisquer bens ou títulos nos quais tais Cotas sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários);
- (iii) Cessão Fiduciária. Cessão fiduciária, a ser constituída por meio do Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária"), de direitos detidos pela Emissora e pela Família Veronezi, conforme o caso, o que inclui:
 - (a) os direitos creditórios de titularidade da Família Veronezi oriundos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado em 12 de dezembro de 2014 entre a Família Veronezi e a Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. ("Compradora" e "Contrato de Compra e Venda", respectivamente), a serem pagos pela Compradora e/ou pelo Banco

Santander (Brasil) S.A., na qualidade de fiador das obrigações assumidas pela Compradora, em decorrência da aquisição, pela Compradora, do capital social da Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda., conforme indicados no Contrato de Compra e Venda ("Fiança do Santander"), e que serão depositados na Conta Vinculada da Aquisição (conforme abaixo definido) ("Direitos Creditórios da Aquisição");

- (b) todos e quaisquer valores que serão depositados na conta vinculada de titularidade da Companhia de nº 13010031-9, mantida no Banco Depositário na agência 2271 ("Conta Vinculada da Aquisição") e relacionados aos Direitos Creditórios da Aquisição, nos termos do Contrato de Compra e Venda, bem como todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos pela Companhia contra o Banco Depositário como resultado dos valores depositados na Conta Vinculada da Aquisição e dos montantes nela depositados a qualquer tempo, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária ("Direitos sobre Conta Vinculada da Aquisição");
- (c) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos pela Emissora contra o Banco Depositário, oriundos da conta vinculada nº 13010029-2, na agência 2271, de titularidade da Companhia ("Conta Reserva", em conjunto com a Conta Vinculada da Aquisição, "Contas Cedidas"), para a qual será transferido e deverá ficar mantido durante todo o prazo de vigência das Debêntures, o valor correspondente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Direitos sobre Conta Reserva"), independente da fase em que se encontrem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, bem como das aplicações e/ou investimentos e seus respectivos rendimentos, juros e quaisquer frutos decorrentes das aplicações e/ou investimentos realizados única e exclusivamente com o saldo da Conta Reserva, conforme descritas no Contrato de Cessão Fiduciária ("Direitos Creditórios da Conta Reserva" e, em conjunto com os Direitos Creditórios da Aquisição e os Direitos sobre Conta Vinculada da Aquisição, os "Direitos Cedidos Fiduciariamente").
- (iv) Alienação Fiduciária de Imóvel. Alienação e transferência da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta do imóvel localizado na Cidade de Canto do Buriti, Estado do Piauí, e registrado sob a matrícula 1.883, do Cartório de Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Canto do Buriti, Estado do Piauí, de propriedade da CRP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.722.623/0001-54, incluindo todas as suas acessões, construções, benfeitorias e instalações, presentes e futuras ("Imóvel"), conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel ("Alienação Fiduciária de Imóvel").

6.14.2 Fiança. Por meio desta Escritura de Emissão, a Fiadora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora e principal responsável pelo pagamento integral das Obrigações

Garantidas, nos termos do artigo 823 do Código Civil, desde a Data de Emissão até a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas ("Fiança").

6.14.3 A Fiadora se obriga, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, a pagar as Obrigações Garantidas no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário, informando a falta de pagamento tempestivo de qualquer das Obrigações Garantidas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão ou quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e fora do âmbito da CETIP.

6.14.4 A Fiadora, nos termos dos incisos I e II do artigo 828 do Código Civil, expressamente renuncia, em caráter irrevogável e irretratável, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos (i) nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil; e (ii) artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil Atualmente Em Vigor"), ou, a partir de 17 de março de 2016, artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Novo Código de Processo Civil"). Todos e quaisquer pagamentos realizados pela Fiadora em relação à Fiança ora prestada serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo a Fiadora pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida caso o pagamento fosse realizado diretamente pela Emissora. Tal previsão inclui quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre os pagamentos aqui previstos, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos mencionados já existentes.

6.14.5 A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

6.14.6 A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, com a Fiança. Na hipótese de sub-rogação prevista nesta Cláusula, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral das Obrigações Garantidas com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

6.14.7 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

6.14.8 A Fiadora concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela desembolsado nos termos da Fiança depois de terem os Debenturistas recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

6.14.9 Uma vez vencidas as Debêntures e não pagas pela Emissora, ou caso as Debêntures sejam declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis nos termos da Cláusula 6.16 abaixo, a Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas.

6.15 O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, às expensas da Emissora e em nome da Emissora, como seu bastante procurador, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, promover o registro dos Contratos de Garantia e desta Escritura de Emissão caso a Emissora não o faça nos prazos estabelecidos nos Contratos de Garantia e nesta Escritura de Emissão. O eventual registro desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia efetuados pelo Agente Fiduciário não isenta o descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, nos termos da Cláusula 6.16.1(i) abaixo.

6.15.1 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto.

6.15.2 As obrigações da Fiadora aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (i) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (ii) não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (iii) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência. As partes reconhecem que qualquer novação no âmbito das Debêntures deve ser anuída pela Fiadora.

6.15.3 No exercício de seus direitos nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, o Agente Fiduciário poderá executar as Garantias simultaneamente ou em qualquer ordem sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral das Obrigações Garantidas.

6.16 Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o pagamento, pela Emissora, no prazo previsto na Cláusula 6.16.5, do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores devidos pela Emissora, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático"):

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, não sanado em até 2 (dois) Dias Úteis da data do descumprimento;
- (ii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Fiadora e/ou quaisquer de das entidades controladas direta ou indiretamente pela Fiadora e cujos patrimônios líquidos, de acordo com as demonstrações financeiras anuais consolidadas para o período encerrado em 31 de dezembro do ano imediatamente anteriores ao evento, representem, individualmente, um montante superior a R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) ("Afiladas Relevantes da Fiadora");
- (iii) pedido de autofalência, pedido de de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora e/ou quaisquer entidades controladoras ou controladas direta ou indiretamente pela Emissora e/ou pela Fiadora ("Afiladas");
- (iv) se a Emissora, as Afiladas da Emissora, a Fiadora e/ou qualquer das Afiladas Relevantes da Fiadora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial de referido plano; ou se a Emissora, as Afiladas da Emissora, a Fiadora e/ou qualquer das Afiladas Relevantes da Fiadora ingressarem em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (v) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão e da Oferta Restrita, conforme estabelecido na Cláusula 4 acima;
- (vi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, de direitos e/ou obrigações a serem assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (vii) questionamento judicial pela Emissora, pela Fiadora e/ou por qualquer de suas coligadas, controladas ou controladoras da validade ou exequibilidade desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia, bem como de quaisquer das obrigações estabelecidas por referidos instrumentos;
- (viii) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras e/ou não liquidação no respectivo vencimento de débito de sua responsabilidade pela Emissora e/ou pela Fiadora, decorrentes de quaisquer contratos, empréstimos ou descontos por estes celebrados junto aos Debenturistas;
- (ix) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora ou da Fiadora, sendo que, no caso da Fiadora, em valor individual superior a R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), decorrente de títulos, contratos financeiros, empréstimos ou qualquer outra dívida celebrados com terceiros;

- (x) contratação de novas dívidas pela Emissora sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto para a contratação de dívidas pela Emissora, subordinadas em prazo e valor às obrigações assumidas perante os Debenturistas, junto a qualquer de suas entidades controladoras, controladas direta ou indiretamente, subsidiárias, coligadas ou sob controle comum, em montante que represente, individualmente ou em conjunto, a até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (xi) transformação da Emissora em sociedade limitada ou qualquer outro tipo societário;
- (xii) alteração das atividades principais constantes do objeto social da Emissora sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas;
- (xiii) transferência, direta ou indireta, do controle acionário detido pelo(s) atual(is) controlador(es) da Emissora e/ou da Fiadora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) exceto se a operação: (A) tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido); ou (B) resultar em qualquer membro da Família Veronezi Estendida como detentor do controle final, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Fiadora. Para os fins desta Escritura de Emissão são consideradas como membros da "Família Veronezi Estendida" quaisquer pessoas que sejam consideradas como cônjuges, pais, avós ou herdeiros necessários dos controladores finais pessoas físicas da Emissora; e
- (xiv) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição de recursos, exceto pelo pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, até a quitação integral das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, exceto conforme previsto na presente Escritura de Emissão.

6.16.1 O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de até 3 (três) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, a Assembleia Geral de Debenturistas, visando deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula 6.16.4 abaixo, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático" e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, "Hipóteses de Vencimento Antecipado"):

- (i) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora sem prévia aprovação de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) convocada especificamente para este fim, nos termos do artigo 231 da Lei

das Sociedades por Ações, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo primeiro do referido artigo;

- (ii) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária da Fiadora sem prévia aprovação de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) convocada especificamente para este fim, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo primeiro do referido artigo, salvo se a operação resultar em qualquer membro da Família Veronezi Estendida detendo controle final, direto ou indireto, da Fiadora;
- (iii) descumprimento, pela Emissora ou e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, não sanada em até 10 (dez) dias da data em que tomar ciência do respectivo descumprimento, inclusive mediante o recebimento pela Emissora de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário, observados os prazos de cura específicos, se houver;
- (iv) questionamento judicial, por qualquer pessoa que não a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer de suas coligadas, controladas ou controladoras, da validade ou exequibilidade desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia, bem como de quaisquer das obrigações estabelecidas por referidos instrumentos, desde que não contestada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer de suas coligadas, controladas ou controladoras tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial;
- (v) inobservância pela Emissora da legislação ambiental, bem como trabalhista vigentes relativas à inexistência de trabalho análogo ao escravo e infantil, conforme (a) verificado por decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou ou contra a Fiadora em razão de tal inobservância; ou (b) pela inclusão da Emissora e/ou da Fiadora em qualquer espécie de lista oficial emitida por órgão governamental brasileiro de sociedades que descumpram regras de caráter socioambiental, desde que não contestada em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora e/ou a Fiadora tomar ciência de tal inclusão ou dentro do prazo legal para tanto, o que for menor;
- (vi) nulidade, revogação, rescisão, cancelamento ou declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial de qualquer disposição desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia;
- (vii) protestos de títulos em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) contra a Emissora ou R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) contra a Fiadora (ou seu equivalente em outras moedas), exceto se dentro do prazo estabelecido a Emissora e/ou a Fiadora comprovar que (a) o protesto foi

cancelado, pago ou suspenso; (b) foi apresentada garantia em juízo; ou (c) o valor foi depositado em juízo para pagamento do título protestado;

- (viii) alienação e/ou constituição e/ou prestação pela Emissora, de quaisquer ônus, gravames, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, conforme aplicável, da Emissora, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se as Garantias que serão prestada no âmbito desta Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (ix) caso as Garantias venham a se tornar, total ou parcialmente, inválidas, nulas, ineficazes, ou inexequíveis, desde que não tenham sido substituídas ou recompostas nos termos dos respectivos Contratos de Garantia, sendo que, exceto conforme previsto nos itens (x) e (xi) desta Cláusula 6.16.1 abaixo e na Alienação Fiduciária de Imóvel, para os fins desta Escritura de Emissão, fica expressamente estabelecido que a deterioração ou a depreciação que cause a diminuição do valor dos bens e direitos dados em garantia no âmbito dos Contratos de Garantia, em qualquer montante, não poderá ser interpretada como uma Hipótese de Vencimento Antecipado, inclusive para os fins da legislação aplicável;
- (x) caso a Emissora e/ou a Família Veronezi não realize depósitos na Conta Reserva no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, conforme previsto nas Cláusulas 3.4.3. a 3.5. do Contrato de Cessão Fiduciária, de forma a recompor o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) depositado na Conta Reserva;
- (xi) caso os Direitos Creditórios da Aquisição se deterioreem ou deprecieem em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), em razão da existência de qualquer Prejuízo da Compradora (conforme definido no Contrato de Compra e Venda) que não tenha sido indenizado nos termos da Cláusula 7.5 do Contrato de Compra e Venda, desde que os Direitos Creditórios da Aquisição não tenham sido substituídos ou recompostos nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (xii) não cumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva em valor superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) se para a Emissora e R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) se para a Fiadora (ou seu equivalente em outras moedas); e
- (xiii) caso qualquer uma das declarações e garantias dadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia não seja, na data de sua respectiva assinatura, verdadeira e correta em qualquer aspecto relevante, e não forem sanadas, quando possível, no prazo até 5 (cinco) Dias Úteis contados em que tomar ciência que tais das declarações e garantias não eram verdadeiras e corretas em qualquer aspecto relevante, inclusive mediante o recebimento de notificação recebida nesse sentido do Agente Fiduciário.

6.16.2 Os valores mencionados nas Cláusulas 6.16. e 6.16.1 acima serão reajustados ou corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV).

6.16.3 As referências a "controle" encontradas nos itens das Cláusulas 6.16 e 6.16.1 acima deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

6.16.4 Observado o disposto na Cláusula 6.16.5 abaixo, e ressalvados os quoruns específicos previstos nesta Escritura de Emissão, se, nas Assembleias Gerais de Debenturistas referidas na Cláusula 9 abaixo, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento), das Debêntures em Circulação ou, em segunda convocação, Debenturistas representando, no mínimo, maioria simples das Debêntures em Circulação presentes na Assembleia, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.16.5 Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos na Cláusula 6.16 acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora da comunicação a ser enviada pelo Agente Fiduciário acerca da declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso a Emissora não consiga honrar com as obrigações previstas nesta Cláusula, os Debenturistas poderão executar as Garantias.

6.16.6 Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução das Garantias, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou liquidação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão das Garantias, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser aplicados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez liquidados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, em relação às obrigações decorrentes das Debêntures que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo, inclusive, mas não se limitando, a honorários advocatícios compatíveis com os padrões de mercado em decorrência da excussão e/ou execução das Garantias e

quaisquer valores devidos ao Agente Fiduciário; (ii) Remuneração; Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) Saldo do Valor Nominal Unitário. A Emissora e a Fiadora permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Emissora e a Fiadora, neste ato, que tal saldo devedor será considerado título executivo extrajudicial.

6.16.7 Diante de ocorrência das Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, ou no caso de decretação em Assembleia Geral de Debenturistas das Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático, deverá ser a CETIP comunicada sobre o respectivo pagamento com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.17 Multa e Juros Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao ano ("Encargos Moratórios").

6.18 Atraso no Recebimento dos Pagamentos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.16 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 6.17 acima, a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data em que os recursos se tornarem disponíveis.

6.19 Aditamento à Presente Escritura de Emissão. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula 9 abaixo, sendo posteriormente arquivados pela Emissora na JUCESP e registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, observados os prazos estabelecidos na Cláusula 2.1 (iv) acima.

6.20 Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante e Escriturador, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.21 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado, domingo ou dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

6.21.1 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

6.22 Publicidade. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação da Emissora ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto na Instrução CVM 476. A publicação de referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

6.23 Aquisição Facultativa. Observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476 e no artigo 55, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora adquirir Debêntures em Circulação: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou seu saldo, conforme o caso, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou seu saldo, conforme o caso, desde que observe as regras expedidas pela CVM vigentes à época.

6.23.1 As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

7 DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável e em outras disposições desta Escritura de Emissão, a Emissora está obrigada a:

- (i) disponibilizar ao Agente Fiduciário:
 - (a) no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou nas respectivas datas de divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social

acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes; e (ii) declaração assinada pelos representantes legais da Emissora de Emissão, na forma do seu estatuto social, atestando (a) que permanecem válidas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão; e (b) a não ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o seu estatuto social;

(b) avisos aos Debenturistas, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

(c) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão ou dos Contrato de Garantia, conforme o caso, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contado da data em que tomar ciência do respectivo descumprimento; e

(d) dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

- (ii) enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma de grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (iii) cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, e manter válidas e regulares as licenças, autorizações ou aprovações, inclusive, mas sem limitar-se, ambientais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e por aqueles descumprimentos que não possam causar efeito adverso relevante nas atividades da Emissora;
- (iv) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas na Cláusula 6.16 acima em até 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que tais hipóteses eventualmente ocorrerem;

- (v) notificar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômica, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (a) possam afetar negativamente ou impossibilitar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (vi) cumprir com suas obrigações relacionadas ao pagamento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial e por aqueles descumprimentos que não possam causar efeito adverso relevante nas atividades da Emissora;
- (vii) prestar informações ao Agente Fiduciário, sempre que por este solicitadas, dentro do menor prazo razoavelmente possível, e em no máximo 2 (dois) Dias Úteis contado do respectivo recebimento de solicitação nesse sentido, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado superior a R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais);
- (viii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (ix) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (x) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (xi) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 90 (noventa) dias contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contado de sua disponibilização, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (xii) disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, conforme aplicável, relacionada às Hipóteses de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento;
- (xiii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos

Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;

- (xiv) cumprir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, inclusive, mas não limitado à, legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, exceto por aquelas obrigações ou legislações questionadas de boa-fé na esfera judicial e/ou administrativa, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (xv) cumprir com a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, ("Lei Anticorrupção"), bem como adotar as diligências e tomar todas as medidas necessárias para contratação de terceiros ou funcionários conforme exigidas nos termos da Lei Anticorrupção, incluindo, sem limitação, (a) não utilizar recursos da Emissora para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (b) não realizar qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo familiares), nacionais ou estrangeiros; (c) não realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer "oficial do governo" (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (d) não realizar qualquer pagamento ou ação que viole qualquer Lei Anticorrupção; e (e) não realizar ato de corrupção, pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciar o pagamento de qualquer valor indevido;
- (xvi) não alienar e/ou constituir e/ou prestar quaisquer ônus, gravames, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos de sua titularidade, excetuando-se as Garantias que serão prestada no âmbito desta Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia, e exceto conforme previsto na presente Escritura de Emissão;
- (xvii) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

- (xviii) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP, incluindo enviar à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nos itens (x) e (xi) acima;
- (xix) caso o Agente Fiduciário não o faça, convocar, nos termos da Cláusula 9 abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão, quando do recebimento de notificação enviada pelos Debenturistas nesse sentido;
- (xx) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (xxi) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitada e convocada pelo Agente Fiduciário, por meio de envio de notificação neste sentido, nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (xxii) contratar e manter contratados, às suas expensas, o Banco Liquidante e Escriturador, a CETIP, o Agente Fiduciário, bem como a tomar todas e quaisquer providências que se façam necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (xxiii) uma vez formalizadas e constituídas, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias;
- (xxiv) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das obrigações garantidas pelas Garantias, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as Garantias, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as obrigações garantidas;
- (xxv) aplicar os recursos exclusivamente de acordo com os termos da Cláusula 4 acima;
- (xxvi) independente de culpa, ressarcir os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário de qualquer quantia que esses sejam compelidos a pagar por conta de dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado a atividade da Emissora, decorrente de ação judicial transitada em julgado, assim como deverá indenizar os Debenturistas por qualquer perda ou dano que venha a experimentar em decorrência de dano socioambiental e/ou trabalhista, estabelecido em ação judicial transitada em julgado;

- (xxvii) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM n.º 476 e no artigo 48 da Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM ("Instrução n.º 400");
- (xxviii) abster-se de negociar com valores mobiliários de sua emissão, até o envio da Comunicação de Encerramento, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (xxix) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão; e
- (xxx) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro.

8 DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

8.2 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

- (vii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (viii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (ix) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (x) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora; o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente quanto à veracidade das informações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram se cientes e de acordo;
- (xi) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (xii) esta Escritura de Emissão, as Debêntures e as Garantias constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Atualmente em Vigor ou, a partir de 17 de março de 2016, artigo 784 do Novo Código de Processo Civil; e
- (xiii) conforme exigência da alínea (k) do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma do grupo da Emissora por ela encaminhado, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário em outras emissões realizadas pela própria Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora.
- (xiv) cumpre, bem como e seus respectivos diretores e membros de conselho de administração, na medida em que estes atuarem em nome do Agente Fiduciário ("Representantes do Agente Fiduciário"), a Lei Anticorrupção, na medida em que (a) mantêm políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (b) abstêm-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e (c) não constam no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ou no adastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e
- (xv) o Agente Fiduciário e os Representantes do Agente Fiduciário, atuando em nome do Agente Fiduciário, não (a) utilizaram recursos do Agente Fiduciário para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (b) fizeram qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários, partidos

políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo familiares), nacionais ou estrangeiros; (c) realizaram ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer "oficial do governo" (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (d) realizou qualquer pagamento ou ação que viole qualquer Lei Anticorrupção; e (e) realizou um ato de corrupção, pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como não influenciou o pagamento de qualquer valor indevido.

8.3 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Obrigações Garantidas ou até sua efetiva substituição. Neste último caso, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio da celebração do respectivo aditamento à presente Escritura de Emissão.

8.4 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) cada uma, sendo devida a 1ª parcela no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura da Escritura de Emissão, e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas.

8.5 Não serão devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão.

8.6 No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, será devido ao Agente Fiduciário pela Emissora, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com os Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) Dias Úteis após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das Garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

8.6.1 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração de que trata a Cláusula 8.6 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

8.6.2 No caso de celebração de aditamentos a presente Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

8.7 Os pagamentos devidos ao Agente Fiduciário estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão acrescidos dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IR (Imposto de Renda) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário.

8.8 As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("Índice de Atualização"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada "pro rata temporis".

8.9 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

8.10 As remunerações não incluem as despesas com viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessários ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria das Garantias e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento dos valores devidos no âmbito da Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrentes do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, exceto quando tais ações tenham sido propostas pelos próprios Debenturistas com o objetivo de apurar eventual responsabilidade civil do Agente Fiduciário. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

8.11 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários

advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

8.12 Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

8.12.1 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos aos encargos previstos na Cláusula 8.6.1 acima, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo Índice de Atualização, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.12.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.12.3 As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com, desde que devidamente comprovadas:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (iv) locomoções entre Estados da Federação com as respectivas hospedagens e alimentação, quando essenciais ao desempenho das funções;
- (v) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (vi) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

8.12.4 As despesas incorridas pelo Agente Fiduciário em decorrência da proteção dos direitos e interesses dos Debenturistas e que não tenham sido devidamente reembolsadas pela Emissora, deverão ser incluídas à dívida da Emissora em decorrência desta Escritura de Emissão e gozarão das mesmas garantias que gozam as Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento desta dívida.

8.13 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro (a) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP; e (b) das Garantias nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e Cartórios de Registro de Imóveis, conforme o caso;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 2 (dois) dias corridos da data de solicitação;
- (ix) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme Cláusula 6.22 acima;
- (xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

- (xii) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações listadas abaixo, sendo que para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações necessárias à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, bem como todas as disposições e obrigações nos Contratos de Garantia;
 - (f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (g) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (h) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
 - (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos nos itens 1 a 7 da alínea "k" do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28;

- (xiii) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) na sede do Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede dos Coordenadores.
- (xiv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora, bem como todas as disposições e obrigações relacionadas aos Contratos de Garantia;
- (xvii) notificar os Debenturistas, se possível, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 6.22 acima, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contado da data em que tomar ciência da ocorrência ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações;
- (xviii) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (xix) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

- 2019/08/28
- (xx) acompanhar as obrigações da Emissora nos Contratos de Garantia, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas pelo Agente Fiduciário nos Contratos de Garantia; e
 - (xxi) acompanhar com o Banco Liquidante e Escriturador na Data de Vencimento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

8.14 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) diante da ocorrência de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático ou de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático, neste caso observado o disposto na Cláusula 6.16.4 acima, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (ii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que seja deliberado a forma de excussão das Garantias descrita na Cláusula 6.14 acima, conforme em vigor, bem como quaisquer outras garantias constituídas, em favor dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência ou, conforme o caso, a insolvência, da Emissora;
- (iv) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção, liquidação ou insolvência da Emissora.

8.14.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.14 acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação de Debenturistas titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

8.14.2 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por

Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.14.3 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.14.4 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento ou nos Contratos de Garantia, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

8.15 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, conforme definido na Cláusula 9 abaixo, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

8.15.1 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.15.2 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.15.3 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.15.4 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

8.15.5 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 6.19 acima.

8.15.6 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 6.22 acima.

8.15.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

9 DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 A Assembleia Geral dos titulares das Debêntures ("Assembleia Geral de Debenturistas") poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.3 A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme Cláusula 6.22 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.4 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.5 A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias contado da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias contado da nova publicação do edital de convocação.

9.6 A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.8 abaixo, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.6.1 Independentemente das formalidades previstas na Cláusula 9.6 acima, será considerada regular a assembleia-geral a que comparecerem todos os Debenturistas.

9.7 Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

9.8 Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula 9, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quórum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.9 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

9.10 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.11 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.12 Exceto se de outra forma estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou, em segunda convocação, Debenturistas representando, no mínimo, maioria das Debêntures em Circulação.

9.13 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tenham por objeto alterar: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) as Datas de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) as Hipóteses de Vencimento Antecipado estabelecidas na Cláusula 6.16 acima (incluindo alterações, inclusões, *waivers* ou exclusões nas Hipóteses de Vencimento Antecipado); (vi) os quóruns de deliberação estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (vii) as Garantias, observada, porém, as disposições constantes dos respectivos instrumentos constitutivos dessas garantias; e/ou (viii) os procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas estabelecidas nesta Cláusula 9, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.14 As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10 DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

10.1 A Emissora e a Fiadora neste ato declaram e garantem, de forma individual, conforme aplicável, que:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, sem registo de emissor de valores mobiliários perante a CVM, ou, conforme o caso, sociedade limitada, de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures, à celebração dos Contratos de Garantia, conforme o caso, e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) tem todas as autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais necessárias para o exercício de suas atividades, sendo todas válidas, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou no que se refere a autorizações e licenças cuja falta não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora, ou para a capacidade da Emissora em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (v) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como a celebração dos Contratos de Garantia, não infringem ou contrariam: (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou a Fiadora sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Fiadora, exceto com relação aos Contratos de Garantia, ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seu conhecimento e que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) está cumprindo rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, inclusive, mas não limitado à, legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e

às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão, ressalvado que, com relação à Fiadora, a declaração deste item é aqui prestada no melhor do seu conhecimento;

- (vii) procede a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, ressalvado que, com relação à Fiadora, a declaração deste item é aqui prestada no melhor do seu conhecimento;
- (viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (ix) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (x) todas as informações prestadas aos Coordenadores no âmbito da presente Oferta Restrita, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas, verdadeiras e completas em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (xi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, salvo por aquelas descritas nesta Escritura e nos Contratos de Garantia;
- (xii) esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia constituem obrigação legal, válida e vinculante da Emissora e da Fiadora, conforme o caso, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil Atualmente em Vigor ou, a partir de 17 de março de 2016, artigo 784, inciso III, do Novo Código de Processo Civil;
- (xiii) possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Contratos de Garantia, possuindo todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição das Garantias;

- (xiv) os ativos objetos das Garantias existem e, exceto pelas Garantias descritas nesta Escritura de Emissão, estão livres e desembaraçadas de qualquer ônus;
- (xv) a Emissora tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contado da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xvi) cumpre, bem como a Fiadora e/ou quaisquer das Afiliadas da Emissora e da Fiadora, e seus respectivos diretores e membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores e prestadores de serviços, na medida em que estes atuarem em benefício da Emissora da Fiadora e/ou quaisquer de suas Afiliadas ("Representantes"), a legislação nacional aplicável sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, incluindo, mas sem limitação, a Lei Anticorrupção, na medida em que (a) mantêm políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (b) abstêm-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e (c) não constam no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ou no adastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;
- (xvii) a Emissora, suas Afiliadas e seus respectivos Representantes, atuando em nome da Emissora, não (a) utilizaram recursos da Emissora para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (b) fizeram qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo familiares), nacionais ou estrangeiros; (c) realizaram ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer "oficial do governo" (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (d) realizou qualquer pagamento ou ação que viole qualquer Lei Anticorrupção; e (e) realizou um ato de corrupção, pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como não influenciou o pagamento de qualquer valor indevido;
- (xviii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;

- (xix) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação pendente que possa vir a causar um impacto adverso na Emissora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; e
- (xx) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação pendente que possa vir a causar um impacto adverso na Fiadora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Fiadora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, ressalvada qualquer ação ou procedimento sobre o qual a Fiadora não tenha sido citada.

10.2 A Emissora se compromete a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas pela Emissora na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas, incorretas ou inconsistentes.

11 DAS NOTIFICAÇÕES

11.1 Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- (i) Se para Emissora:

Nampont Holdings S.A.

Avenida Angélica, nº 2.466, Conjunto 213

CEP 01228-200

São Paulo, SP

At.: Sr. Alessandro Poli Veronezi

Telefone: (11) 3159-5100

Correio Eletrônico: alessandro.veronezi@generalshopping.com.br

- (ii) Se para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown

CEP: 22640-100

Rio de Janeiro, RJ

At.: Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes

Telefone: (21) 3514-0000

Correios Eletrônicos: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br/ ger2.agente@oliveiratrust.com.br

11.2 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob

protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

11.4 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 11.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das Partes da presente Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2 A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável.

12.3 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.4 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil Atualmente em Vigor ou, a partir de 17 de março de 2016, artigo 784, incisos I e III, do Novo Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 461, 632 e seguintes, do Código de Processo Civil Atualmente em Vigor ou, a partir de 17 de março de 2016, artigos 536 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.



12.6 Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

13 LEI APLICÁVEL E FORO

13.1 Esta Escritura de Emissão será regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

13.2 Fica eleito o foro central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes firmam esta Escritura de Emissão em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas ao final assinadas e qualificadas.


São Paulo, 11 de setembro de 2015

[restante da página intencionalmente deixado em branco]



Página de assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante e com Garantia Adicional Real e Fidejussória em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Nampont Holdings S.A." – Página 1/3.

NAMPONT HOLDINGS S.A.



Nome: Alessandra Poli Genoneti
Cargo: Diretora



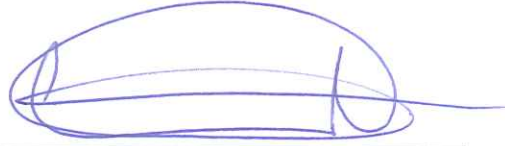
Nome: Victor Poli Genoneti
Cargo: Diretor

Página de assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante e com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Nampont Holdings S.A." – Página 2/3.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome: Sonia Regina Menezes
Cargo: Procuradora



Nome: Leonardo Caires P. Moreira
Cargo: Procurador

Página de assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante e com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Nampont Holdings S.A." – Página 3/3.

GOLF PARTICIPAÇÕES LTDA.

Nome: Alexsandro Poli Janonez
Cargo: Director

Nome: Alexsandro Poli Janonez
Cargo: Director

TESTEMUNHAS

Nome: Karla Galemão Naves Marcini
CPF: 406.443.838-26
R.G.: 47.392.598-6 SSP/SP

Nome: Guilherme K. de Freitas Araújo
CPF: 270.279.038-06
R.G.: 30.120.527-9 SSP/SP

